

História e epistemologia da Ciência da Informação: Abordagem social em foco

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir, principalmente com base em Moscovici e Vygotsky, acerca do desenvolvimento das teorizações sobre as relações existentes entre os estudos com abordagens cognitivas e sociais que aconteciam na Europa dos anos 60, para compreender o momento histórico em que se deu o início da abordagem social por parte da Ciência da Informação (CI) enquanto ela se institucionalizava com forte tendência a influências norte-americanas na sua composição epistemológica. Suscita reflexões que partem das representações sociais oriundas da Sociologia, bem como da Psicologia Social para procurar perceber influências e/ou equivalências em relação ao surgimento da abordagem social na CI. Apresenta também, brevemente, a visão de Latour sobre a ideia de purificação e de ciência moderna com o intuito de compreender como a CI se insere nesse quadro teórico. Como resultados, percebeu-se e discutiu-se sobre o retardamento do aparecimento ou da adoção de um caráter social no campo teórico e metodológico da CI, uma ciência não-moderna, aberta a soluções interdisciplinares (fortemente ligadas à Sociologia) para alguns de seus problemas de pesquisa e integrante de uma rede de relações sócio técnicas horizontais

Palavras-chave: Ciência da Informação - Epistemologia. Representações Sociais. Psicologia Social.

Resumen

El propósito de este artículo es reflexionar basada principalmente en Vygotsky y Moscovici, en el desarrollo de las teorías sobre la relación entre los estudios en los enfoques cognitivos y sociales que sucedió en los años sesenta en Europa, para entender el momento histórico en el que comenzó su enfoque social de la Ciencia de la Información (CI) mientras se institucionalizó con una fuerte tendencia a la influencia de Estados Unidos en su composición epistemológico. Eleva reflexiones que parten de las representaciones sociales que vienen de la Sociología y la Psicología Social trataremos de hacer realidad las influencias y / o

Cómo citar este artículo: Rodrigues Tabosa, H., Silva Tavares, D. & Veras Nunes, J. (2016). La História e epistemologia da Ciência da Informação: Abordagem social em foco. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 39(3), 289-300. doi: 10.17533/udea.rib.v39n3a06

Recibido: 2016-05-12/ Aceptado: 2016-06-20

Hamilton Rodrigues Tabosa

Doutorado em Ciências da Informação.
Universidade Federal da Paraíba.
Mestre em Avaliação de Políticas
Públicas e Bacharel em Biblioteconomia.
Universidade Federal do Ceará.
Professor adjunto, Departamento de
Ciências da Informação. Universidade
Federal do Ceará - Brasil. hrtabosa@
gmail.com

Derek Warwick da Silva Tavares

Doutorando em Ciência da Informação
da Universidade Federal da Paraíba.
Mestrado em Ciência da
Informação. Bacharel em Arquivologia
e Licenciado em História. Universidade
Federal de Paraíba - Brasil. dws.
tavares@gmail.com

Jefferson Veras Nunes

Doutorado em Ciência da Informação.
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho. Mestrado em Sociologia
e graduação em Biblioteconomia
pela Universidade Federal do Ceará.
Professor da Universidade Federal do
Ceará - Brasil. jefferson.veras@yahoo.
com.br

equivalencia en relación con la aparición de enfoque social de la CI. También brevemente la opinión del Latour de la idea de la purificación y la ciencia moderna con el fin de entender cómo CI cae dentro de ese marco teórico. Como resultado, se dio cuenta y se discutió en retrasar la aparición o la adopción de carácter social en el campo teórico y metodológico de la IC, no una ciencia moderna, abierta a las soluciones interdisciplinarias (fuertemente ligados a la Sociología) por parte de su problemas de investigación y un miembro de una red de relaciones socio-técnicos horizontales.

Palabras clave: Ciencia de la Información - Epistemología. Representaciones sociales. Psicología Social.

Abstract

The purpose of this article is to reflect mainly based on Vygotsky and Moscovici, on the development of theories about the relationship between the studies in cognitive and social approaches that happened in the sixties Europe, to understand the historical moment in which it began its social approach by the Information Science (CI) as she institutionalized with a strong tendency to US influence in its epistemological composition. Raises reflections that depart from social representations coming from the Sociology and Social Psychology seek to realize influences and / or equivalence in relation to the emergence of social approach to CI. It also briefly the Latour's view of the idea of purification and modern science in order to understand how CI falls within that theoretical framework. As a result, it was noticed and it was discussed on delaying the onset or the adoption of a social nature in theoretical and methodological field of IC, not a science-modern, open to interdisciplinary solutions (strongly linked to Sociology) for some of their research problems and a member of a network of horizontal socio-technical relations.

Keywords: Information Science - Epistemology. Social representations. Social Psychology.

1. Introdução

Analisando a formação epistemológica da Ciência da Informação (CI), percebemos que, no período de sua institucionalização¹, houve o que poderíamos chamar de um “privilegiamento epistemológico territorial” que, a princípio, se coloca fortemente ligado às concepções norte-americanas. Do ponto de vista dos estudos cognitivos em CI, por exemplo, privilegiou-se a ciência cognitiva americana², a partir da qual o comportamento humano poderia ser compreendido e investigado através de estímulos indutores que conduziriam o sujeito à emissão de respostas. Nessa concepção, os aspectos sociais que auxiliam na construção do sujeito social não eram ponderados nos estudos. No campo da CI, os estudos cognitivistas iniciaram sob essa perspectiva, na qual o sujeito - o usuário da informação - somente era percebido na sua vontade, necessidade e uso de informação, desprezando-se assim as motivações, que são muitas vezes sociais. Nos dias de hoje, as discussões na CI derivam, predominantemente, de uma abordagem que se configura relativamente “nova” para a área, a social, que busca relacionar os aspectos físicos e cognitivos aos espaços e condições sociais de produção, disseminação e uso da informação, principalmente focando o senso comum no processo de criação, busca, recuperação e uso da informação. (Capurro, 2003).

Não é nossa intenção defender um momento histórico como o marco inicial da CI, mas neste ponto queremos apenas elucidar que há posicionamentos diferentes quanto a isso registrados na literatura da área. Por exemplo, Ortega (2007) afirma que, para

-
1. Conferências do Royal Society e do Georgia Institute of Technology, no início da década de 1960.
 2. Vertente Behaviorista. Segundo Carvalho Silva e Farias (2013, p. 47), é possível dividir o paradigma cognitivo da CI em dois níveis, sendo o primeiro um nível macro, que é referente à postulação de um paradigma cognitivo referencial na CI, conforme elucidado por Brookes, Belkin e Ingwersen, entre outros; e o segundo um nível micro que remete a diversas correntes teóricas que influenciam o paradigma cognitivo macro e que formam novos paradigmas cognitivos micros aplicados à CI, tais como: o paradigma cognitivo behaviorista, o paradigma cognitivo funcionalista e o paradigma cognitivo estruturalista.

um grupo de autores, a CI surgiu na década de 1930 com a publicação do Tratado de Documentação em 1934, por Paul Otlet que, nessa obra, já erigiria as bases sobre as quais se construíram os princípios da CI. Barreto (2002) indica a década de 1940 como a do surgimento da CI, por ocasião da realização da *Royal Society Scientific Information Conference*. Seriam alguns dos precursores da área os trabalhos de Bush (1945) e Shannon e Weaver (1949). Outros defendem que a CI nasceu na década de 60, quando as discussões a respeito dos conceitos, definições e epistemologia da área tiveram início, segundo Pinheiro e Loureiro (1995). Essa corrente sessentista atribui às *Conferences on training science information specialists*, realizadas nos anos de 1961 e 1962 no *Georgia Institute of Technology* o marco inicial da CI. Nessas conferências, surgiu o conceito de CI publicado por Borko (1968), que tem sido muito utilizado até os dias atuais.

Acontece que na década de 1960, período em que a CI se institucionalizava com os olhos voltados para os padrões estadunidenses positivistas, na Europa, especificamente na França, surgiram discussões em torno de uma Psicologia Social que, até certo ponto, opera como contraponto à psicologia cognitiva norte-americana, que resultou em um estudo que ressignifica a Teoria das Representações Coletivas de Durkheim, culminando na Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici. A TRS prioriza o senso comum³ em seu aspecto social das representações humanas de maneira “particularizada” e não coletivizada como pensava Durkheim. Por sua vez, os Estudos Culturais não podem ser caracterizados de forma unilateral, pois tanto podem ser definidos como um campo com forte viés político, como também a partir de suas relações com diferentes disciplinas científicas. Assim, advertimos de antemão que nosso intuito neste artigo não é discutir as concepções acerca das *Representações*, mas abordar a concepção cognitivista social para a CI. De igual modo, não nos lançaremos a uma discussão aprofundada do conceito de cultura, mas, sim, destacaremos a contribuição dos Estudos

Culturais na composição de novos paradigmas teóricos e empíricos.

Desse modo, pretendemos discutir, principalmente com base em Moscovici, Vygotsky e nos chamados Estudos Culturais, as relações existentes entre estudos com abordagens cognitivas e sociais; além disso, tentamos compreender como, quando e a partir de quais perspectivas tais relações têm sido estabelecidas na CI. Naturalmente, a visão sociológica sobre o tema presente nas obras desses autores precede as abordagens sociais na CI, datadas do final do século XX e, certamente, influenciou sua concepção conceitual e compreensão sobre o social. Nossas reflexões partem, então, dos estudos cognitivistas e sociais na CI e das representações coletivas e sociais oriundas da Sociologia para delinear influências e/ou equivalências em relação ao surgimento da abordagem social na CI.

Portanto, o objetivo deste artigo é refletir acerca do “cenário epistemológico europeu” no tocante às teorias sociais no momento do nascimento da CI que, ao priorizar as influências norte-americanas na sua composição epistemológica, tardou o desenvolvimento ou aparecimento de um viés social no seu campo teórico e metodológico.

2. Psicologia social, representações sociais e estudos culturais

2.1. A psicologia sócio-histórica: Vygotsky

Conforme Doise (2002), considerar a Psicologia Social como um apêndice da Psicologia não é recomendável. Embora ele reconheça que vários de seus princípios e teorizações tenham advindo da psicologia política, da econômica, do desenvolvimento ou da linguagem, por exemplo, sua origem deve ser buscada, segundo o autor, preferencialmente, na sociologia e na antropologia e não apenas na psicologia, razão pela qual abordaremos, brevemente, as contribuições de Vygotsky e Moscovici nesse campo.

A psicologia russa, elaborada por Vygotsky, Luria e Leontiev, ainda nas primeiras décadas do século XX,

3. Partimos da ideia de que o conceito de representações sociais foi cunhado para o entendimento das formas de raciocínio e das teorias existentes e elaboradas na vida cotidiana

pautava a cognição em seu aspecto histórico-cultural, conforme Gimeno Sacristán e Pérez Gómez (1998). Nessa perspectiva, a consciência humana é adquirida através de um processo histórico-cultural, onde o humano está situado, deslocado, territorializado e desterritorializado, e não somente uma concepção comportamental ou fisiológica natural. A partir das influências do materialismo histórico e dialético, concebe-se que a natureza humana não existe, havendo produção, fabricação no interior do social em relação ainda com os seus objetos e significados.

Para Vygotsky, o homem é o construtor da cultura - ele se preocupa com a gênese dela - e a psicologia clássica não respondia adequadamente sobre os processos de individuação e os mecanismos psicológicos dos indivíduos. É com esse entendimento que, conforme Molon (1995), ele elabora sua teoria da gênese e natureza social dos processos psicológicos superiores.

Direcionar o pensamento de uma psicologia cognitiva para uma consciência nos pensamentos de Vygotsky parece necessário para compreender a abordagem cognitiva na CI. A noção de consciência em Vygotsky é fundamental, ela não pode ser compreendida somente sob o aspecto particularizado do humano, mas somente através de relações culturais dialógicas adotadas entre ele mesmo e os outros. É, então, nessa sociabilidade humana, que se atrelam dois tipos de experiência onde os homens estão inseridos: a histórica e a social. Essas experiências definem a forma como a consciência humana é produzida.

Diferentemente de uma concepção natufisiológica, que apontava para uma condição natural da *psiqué* humana, as abordagens da consciência, a partir das experiências históricas e sociais, destacam para um processo descontínuo e formativo da consciência humana, tomando o humano como um ser histórico. Procurando não dissociar a experiência histórica da experiência social, e vice-versa, apontamos que essas duas experiências são interpretadas por Vygotsky a partir da concepção de que as influências históricas interferem no comportamento humano em todos os aspectos de sua relação com o social. Nesse caso, a “relação social, no humano, é histórica e cultural,

pois os seres humanos não se unem em grupos apenas por “instintos gregários”, nem por leis instintivas tais como aquelas presentes em outras espécies animais que vivem em “grupos” e/ou se organizam “coletivamente”. (Delari jr., 2000, p, 62). Ou seja, não se trata apenas de uma herança genética, mas de uma herança histórica, em que o humano se torna consciente, produtor, problematizador e interventor do seu processo histórico que, por sua vez, somente ocorre em espaços sociais no interior da cultura. Assim, “o devir humano só pode ser encarado como movimento dialético, como gênese histórica, como processo e acontecimento”. (Delari jr., 2000, p, 58).

Nesse aspecto, a psicologia histórico-cultural de Vygotsky já direciona para uma abordagem da cognição, onde esses fatores são fundamentais na sua constituição e expressão. A CI por sua vez, parece ter negligenciado, quando do início das suas abordagens cognitivistas, essa forma de pensar e abordar a consciência humana, preferindo dar ênfase a um aspecto “técnico” da cognição humana atrelada à construção do conhecimento. Ao realizar tal distanciamento no interior de seu campo epistemológico, distanciou-se do aspecto social que está envolvido nos processos de produção da consciência humana.

2.2. Representações sociais: Moscovici

Seguindo o caminho aproximado das Representações Coletivas, porém contrário ao de Durkheim, o psicólogo francês Serge Moscovici, na década de 1960, inicia os estudos em torno da psicossociologia, buscando apresentar, sobretudo, a existência de um princípio de indissociabilidade que busca considerar as relações entre sujeito e objeto, indivíduo e sociedade. Nessa perspectiva é que a Teoria das Representações Sociais (TRS) representa uma virada epistemológica, no que diz respeito aos estudos da Psicologia e da Sociologia, buscando agregar a *psiqué* e a sociabilidade humana, nos estudos do social. No entanto, longe de ser uma tomada aceitável no campo científico da época, a TRS, segundo Nóbrega (2001), receberá forte resistência dos saberes dominantes da época, sobretudo, do behaviorismo, o que configura ainda a sua localização de influência no mundo científico, situando-se com mais ênfase no continente da

América do Sul e no sul da Europa, do que no norte da Europa e América do Norte.

Assim, é na Europa, mais especificamente na França da década de 1960, que essa teoria assume lugar no conhecimento científico, quando Moscovici se utiliza da sociologia de Durkheim sobre as Representações Coletivas, como teoria auxiliar de seu trabalho. É a análise da Teoria das Representações Coletivas de Durkheim (2000), em seu estudo sobre as Formas Elementares da Vida Religiosa, que servirá de base para a discussão de Serge Moscovici sobre a criação da TRS como fundamento de uma nova Psicologia Social.

Para compreender o conceito durkheimiano de representações coletivas não é suficiente buscá-lo em apenas uma de suas obras. Oliveira (2012) verificou que, ao longo do tempo, o conceito sofreu inconsistências e se modificou, desde seu uso nas primeiras obras de Durkheim até o emprego em seus últimos trabalhos, razão pela qual não pretendemos realizar uma análise exaustiva sobre o tema, apenas traçar breves considerações, com base em alguns comentaristas e exegeses da obra durkheimiana.

Oliveira (2012) afirma haver semelhanças entre os conceitos de representações coletivas e de fato social, embora haja diferença entre eles porque o último é coercitivo, impositivo, enquanto aquelas são formas de conhecimento socialmente produzidas e guias para as ações sociais, o que as aproxima do entendimento de representações sociais de Moscovici. O referido autor argumenta que nas suas primeiras obras, Durkheim parte do conceito de consciência coletiva para chegar às representações, buscando evidenciar a existência de uma realidade objetiva, geral e exterior ao indivíduo, fora de sua consciência individual, e afirma que, nesse momento, os termos são equivalentes. Desse modo, Durkheim pretende defender a origem dos laços sociais que unem os indivíduos, bem como a existência de uma consciência coletiva, que viabiliza as relações entre as representações coletivas e as práticas sociais. Oliveira (2012, p. 74) destaca que essa relação com o conceito de consciência coletiva, após um período de afastamento, posto que ela “não podia dar conta de sociedades diversificadas

pela divisão do trabalho industrial” é retomada nas obras mais recentes de Durkheim. As representações coletivas seriam, por assim dizer, “a simbologia coletiva como princípio fundante da realidade social”, conforme Pinheiro Filho (2004, p. 139).

As representações coletivas são autônomas em relação às partes das quais se constituem (as contribuições individuais), sendo algo concreto, não equivalendo a meras abstrações que se atualizam na consciência individual (Durkheim, 2000). Para ele, elas correspondem à maneira pela qual a sociedade pensa sua própria experiência. Assim, as representações coletivas independem das vontades individuais, que sucumbem à força exercida pela vida em sociedade.

Ressalta-se, no entanto, que conceituar representações sociais ainda é uma tarefa problemática no âmago do campo científico, e muitos teóricos têm se aventurado na tentativa de formular e amadurecer a TRS. Moscovici se mantém ativo atualmente no debate, respondendo às questões relativas ao esclarecimento da teoria. Neste caso, a sua definição quanto à Representação Social ainda permanece como uma das mais importantes no campo dos que trabalham com a TRS. Nesse sentido, Moscovici (1981, p. 181) a define como sendo:

[...] um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no Curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum.

Quanto ao caráter social da teoria, trata-se das práticas que se relacionam entre grupos. Oliveira e Werba (2002, p. 107) consideram que a parte social, na TRS, é “algo constitutivo delas, e não, uma entidade separada. O social não determina a pessoa, mas é substantivo dela.” Nesse sentido, o ser humano é, simultaneamente, marcado pelo social e pelo individual nas suas idiossincrasias. Desse modo, para Moscovici, o pensamento, o sentimento e a motivação humana se desenvolvem dentro e a partir do social, relacionando os sistemas cognitivos complexos do indivíduo com

os metassistemas de relações simbólicas que caracterizam uma sociedade (Moscovici, 1978).

2.3. A cultura sob a ótica dos Estudos Culturais

Além do que foi posto até aqui acerca de estudos sobre abordagens cognitivas e sociais, vale fazermos também uma incursão aos Estudos Culturais. Esse campo surge a partir do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) frente a uma significativa mudança da classe operária inglesa do pós-guerra. De um lado, apropriou-se de algumas concepções do materialismo histórico; porém, do outro, erigiu uma crítica ao reducionismo econômico do próprio materialismo histórico, ampliando o seu escopo a partir da inserção de uma perspectiva antropológica da cultura. Dentre os textos publicados no final dos anos 1950 que serviram como bases para o que caracterizamos como Estudos Culturais, vale ressaltarmos as contribuições de Richard Hoggart, com “The uses of literacy” (1957), Raymond Williams, com “Culture and society” (1958) e Edward Palmer Thompson, com “The making of the english working-class” (1963).

A pesquisa elaborada por Hoggart discute elementos da história cultural, concentrando, no entanto, o seu interesse em aspectos antes não abordados da cultura popular e dos *mass media*. Segundo Escosteguy (2010, p. 139), seu trabalho inaugura “a perspectiva que argumenta que no âmbito popular não existe apenas submissão, mas, também, resistência [...]”, vindo a ser bastante adotado pelos estudos de audiência, realizados no campo da Comunicação.

Já a contribuição de Williams (1958), ainda com base em Escosteguy (2010), deu-se por meio de uma ótica distinta acerca da história literária, na qual seu objetivo foi tentar demonstrar que a cultura pode ser tomada enquanto categoria que possibilita conectar tanto a análise literária quanto a pesquisa social. De acordo com Hall e Turner (citado por Escosteguy, 2010, p. 140), “ele [Williams] mudou toda a base da discussão: de uma definição lítero-moral para uma definição antropológica da cultura. Mas definia a última agora como o ‘processo inteiro’ por meio do qual os significados são socialmente construídos e historicamente transformados [...]”.

Por sua vez, Thompson (1963) retomou a tradição marxista em suas análises, influenciando a história social britânica, defendendo a tese de que a cultura se constitui como uma rede de práticas e relações que compõem a vida ordinária. Para Escosteguy (2010), ao direcionar a atenção às ações do indivíduo, o objetivo de Thompson era se contrapor à compreensão de cultura enquanto forma de vida global e hegemônica, tomando-a como um contexto no qual podem ser percebidos conflitos entre modos de vida diferentes.

Cada um dos três autores contribuiu para que os Estudos Culturais se transformassem num movimento intelectual com impacto não só teórico, mas também político, com implicações para além dos limites da Universidade de Birmingham, ultrapassando, inclusive, as fronteiras geográficas da Inglaterra. Assim, ao conjugarem o campo das práticas sociais com o dos processos históricos, os Estudos Culturais aproximaram-se da Fenomenologia, da Etnometodologia e do Interacionismo Simbólico, com a finalidade de tentar interpretar os efeitos dos produtos da cultura popular e dos *mass media*, atentando para o modo como estes poderiam expressar os contornos da cultura contemporânea.

Os Estudos Culturais defendiam ainda uma visão não reducionista da cultura, postulando-a como algo não determinado pela esfera econômica, uma vez que apontavam a existência de várias forças atuando na sociedade. Através da herança marxista foi possível compreender a cultura a partir de sua resistência e “autonomia relativa”, ou seja, é justamente por não depender nem se subjuar às relações econômicas que a cultura pode exercer influência sobre elas, sendo também afetada por elas (Hall, 1980). Segundo o autor, merece destaque a tentativa de se problematizar a sociedade e as ações dos indivíduos em termos de uma articulação entre o cultural, o econômico e o político.

Outra incorporação efetivada pelos Estudos Culturais diz respeito ao conceito de ideologia, desenvolvido por Althusser, vindo a auxiliar na compreensão de como os indivíduos dão sentido às condições materiais nas quais eles próprios se encontram. (Escosteguy, 2010). Nesse sentido, a ideologia poderia ser estudada “não só na linguagem, nas representações, mas, também, nas suas formas materiais – nas instituições e

nas práticas sociais através das quais nós organizamos e vivemos nossas vidas” (Turner, 1990, p. 26). Sob esse viés, várias pesquisas tiveram como foco o consumo cultural e as sociabilidades operárias.

Os Estudos Culturais percebiam os produtos culturais como agentes da reprodução social, ressaltando-os como fenômenos ativos na construção da hegemonia. Desse modo, conforme Escosteguy (2010, p. 147), “são estudadas as estruturas e os processos através dos quais os meios de comunicação de massa se sustentam e reproduzem a estabilidade social e cultural”. Além disso, um referencial apoiado em Gramsci foi primordial, fortalecendo a ideia de que as culturas populares e a cultura hegemônica se imbricam. Isto significa reconhecer que, em certos momentos, a cultura popular resiste e rechaça a cultura hegemônica; contudo, em outros, reproduz a concepção de mundo e o estilo de vida das classes dominantes.

Segundo Escosteguy (2010), dos anos 1960 aos anos 1970, a recepção dos produtos midiáticos despertou o interesse dos pesquisadores do CCCS, destacando-se, além dos autores citados, a significativa contribuição de Stuart Hall com a publicação, em 1973, de um artigo intitulado “Encoding and decoding in television discourse”. No entanto, o campo continuou a se desenvolver e, a partir das décadas seguintes, a adotar outras agendas de pesquisa. Nos anos 1980 há com maior intensidade a internacionalização dos Estudos Culturais, tornando reduzidas as análises que têm como categorias centrais conceitos marxistas. E, dos anos 1990 até a atualidade, tem ocorrido uma fragmentação do campo, sendo possível notar “tanto aspectos estereis quanto potencialidades na sua proposta de análise da dinâmica da cultura contemporânea”. (Escosteguy, 2010, p. 149).

A ampliação do foco dos Estudos Culturais nos permite caracterizá-los não só por suas relações interdisciplinares com a Sociologia, a Linguística, a História e a Comunicação, mas, principalmente, a partir do seu objeto de estudo. Apoiados em Johnson (2010), podemos colocar que os Estudos Culturais, em sua atual composição, dizem respeito às diversas formas subjetivas pelas quais os indivíduos orientam suas práticas. Nesse sentido, nada mais oportuno do que evocá-los

como componentes importantes de um estudo sobre a cultura contemporânea, uma vez que eles nos permitem incluir o fenômeno informacional em suas várias facetas, contribuindo, portanto, com o debate lançado aqui sobre as abordagens cognitiva e social na CI.

3. Abordagens cognitiva e social na ciência da informação

Ao longo do desenvolvimento da CI, suas idiossincrasias foram se alterando ao sabor das transformações sociais e tecnológicas próprias de cada período histórico, o que levou Capurro (2003) a apresentar aquilo que ele chama de paradigmas que a CI teria percorrido enquanto campo científico. Amplamente conhecidos na literatura da área, os paradigmas identificados pelo autor são: o físico, o cognitivo e o social. É salutar esclarecer ao leitor que não estamos alheios às críticas que têm sido dirigidas a essa tripartição capurriana da CI e que, com este artigo, não temos o propósito de tomar assento entre os que a defendem ou de engrossar as filas dos que a contestam. Nossa intenção é apenas mostrar que existe um momento em que a CI passou a se debruçar sobre os estudos de cunho social e que tal fato se encontra registrado na literatura desse campo, incorporando, depois, aos seus problemas de pesquisa, questões relacionadas à cultura.

A CI caracterizada pelo paradigma físico era positivista, representando o aspecto tecnológico, voltado para a recuperação e transferência da informação que pode ser manipulada/tratada, sem reconhecer, no usuário, o ator principal responsável pela existência do próprio sistema de informação. Assim, a CI procurava não perder - ou tentava ganhar - status científico, já que, naquele momento, as ciências puras adotavam o positivismo e reclamavam para si todo reconhecimento como Ciência.

Depois surge o paradigma cognitivista, representado na CI por autores como Brooks, Farradane, Belkin, Robertson e Hjørland, conforme Tabosa e Freire (2013), que também explicam que, nesse momento, a CI passou a buscar compreender a relação entre informação e conhecimento, a assimilação da informação por parte do usuário e sua posterior transformação em conhecimento. Ao contrário do que acontecia no

paradigma físico, em que a ênfase era dada ao sistema de informação, no paradigma cognitivo o usuário da informação ganha um papel de destaque, sendo o alvo principal das investigações que, então, dedicam-se à compreensão dos processos cognitivos envolvidos na busca, organização e uso de informação.

Cronin (2008) afirma que as dimensões socioculturais do conhecimento, da informação e da comunicação sempre foram integrantes da teoria básica da CI, implícita ou explicitamente, e vai mais além, ao afirmar que a consciência sobre a importância do social na CI se deu de forma precoce, destacando algumas contribuições como a de Butler (1933) intitulada *O problema sociológico*⁴; Egan e Shera (1952), quando cunharam e introduziram na literatura da CI o termo *Epistemologia Social*⁵ e Roberts (1976) que se dedicou à publicação de *Os aspectos sociológicos da Ciência da Informação*⁶. O autor afirma que não há nada de novo sob o sol e, com essa afirmação, tenta argumentar que não há um período em que a CI despertou para o social, tendo estado, desde muito cedo, arraigada a aspectos sociais em seus construtos epistemológicos.

A despeito de algumas esporádicas publicações mencionadas por Cronin (2008), a real importância do aspecto social só foi percebida pela CI apenas por ocasião do terceiro paradigma, em que a informação passou a ser compreendida como um fenômeno social, influenciada por contextos e situações que orientam as ações dos indivíduos e coletividades, influenciando suas necessidades de informação, seus comportamentos de busca e o uso da informação. Nesse período, proliferaram na CI autores engajados na defesa da adoção de pesquisas menos positivistas, em prol de estudos mais voltados para o aspecto social. Jacob e Shaw (1998), por exemplo, argumentam que a CI teria resultados mais práticos em seus estudos se partisse de uma postura sociocognitiva, em detrimento da

adoção de modelos de representação baseados na individualidade dos sujeitos.

As autoras afirmam que uma abordagem mais significativa seria identificar padrões sociais de organização cognitiva, ou seja, regularidades dentro dos grupos de usuários que reflitam o modo como eles processam cognitivamente a informação, de modo a viabilizar uma representação que atinja a todos os indivíduos, ou pelo menos, à ampla maioria. Publicações mais recentes como a de Conforme Carvalho Silva e Farias (2013, p. 46) também esclarecem que:

o paradigma físico [da CI] se constituiu a partir do contexto aplicativo da recuperação de informação, especialmente entre as décadas de 60 e 80, apresentando como principal linha de estudos o enfoque essencial nos sistemas de informação, relegando a um plano inferior o usuário, enquanto o paradigma cognitivo tem seu advento em meados da década de 70 (Saracevic, 1995), apresentando um olhar mais cauto para o usuário da informação, mas sem considerar suas perspectivas sociais e materiais (Frohmann, 1995) e o paradigma social se estabelece a partir de meados da década de 90 permitindo afirmar que ainda é um paradigma em construção na CI.

Como vimos, o interesse da CI na abordagem do social é verificado e problematizado por Carvalho Silva e Farias, para quem o paradigma cognitivo já não se mostra eficaz para dar conta dos desafios de cunho social impetrados pela sociedade atual e apresentam, como possível solução, a consolidação do paradigma social, de forma efetiva. Uma tentativa significativa nesse âmbito se deu, em parte, através dos chamados “estudos de usuários”, definidos por Araújo (2013) tanto como objeto empírico, como também enquanto campo específico de pesquisas.

Nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Finlândia, dentre outros, desde 1966, temos visto a consolidação da expressão *information needs and uses*, principalmente a partir de artigos publicados no *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)*. De acordo com Araújo (2013), é a partir dos anos 1980 que o estudo isolado dos sistemas de informação co-

-
4. Ver: Butler, P. *An introduction to Library Science*. Chicago: University of Chicago Press, 1933.
 5. Ver: Egan, m.; Shera, j. *Foundations of a theory of bibliography*, *Library Quarterly*, v. 22, n. 2, p. 125-37, 1952.
 6. Ver: Roberts, N. *Social considerations towards a definition of information science*. *Journal of Documentation*, v. 32, n. 4, p. 249-57, 1976.

meça a perder força, solidificando-se o interesse em compreender também os usuários. Nesse momento, a expressão *information behaviour* se destaca como tentativa para se referir às ações dos próprios sujeitos e não apenas a sua interação com um determinado sistema de informação. Atualmente está em curso uma perspectiva centrada na noção de “práticas informacionais” (Araújo, 2013; Savolainen, 2007), de modo a poder abarcar melhor o contexto tecnológico e informacional da sociedade contemporânea.

Por meio da noção de “práticas informacionais”, pesquisadores como Chaudiron, Ihdjane e Labour (citado por Araújo, 2013) têm buscado compreender o modo como os sujeitos podem atribuir significados àquelas ações cotidianas relacionadas à informação. No Brasil, estudos com tais propósitos têm sido realizados por autores como Almeida (2008), Almeida Júnior (2009), Araújo (2012), González de Gómez (2009; 2012) e Marteleto (2008), dentre outros pesquisadores, por meio de noções como mediação da informação, ação e prática informacional, bem como discussões sobre a materialidade e a imaterialidade da informação.

Através de cada uma das contribuições dos autores citados, percebemos, de um lado, a defesa da ideia de que o uso da informação é produto de significados engendrados coletivamente; e, do outro, temos a constatação de que esses significados são produzidos pelos próprios sujeitos a partir de sua relação com a cultura. Disso decorre a necessidade de se levar em conta a dimensão relacional da informação, dirigindo o olhar para o seu contexto de produção, consumo, uso e circulação, assumindo que sua existência, manutenção ou reformulação depende dos indivíduos, do contexto e dos meios que a estruturam.

A tripartição capurriana envolve uma tensão entre as Ciências Humanas e Sociais, em geral, e a CI, em particular, refletindo-se diretamente no conceito de informação que a área tem adotado para guiar o seu desenvolvimento enquanto ciência. E isto requer a ampliação do sentido de seu objeto de estudo, no qual é preciso reconhecer que a informação envolve não apenas as mensagens cognitivamente processadas, mas, ainda, uma situação específica, que orientará

uma prática (Araújo, 2010; 2012; 2014). Assim, cabe ao pesquisador tanto observar as ações do indivíduo, bem como de suas operações mentais, como atentar também para as conexões existentes entre a cultura e suas ações ordinárias desse indivíduo.

Embora os estudos de usuários na CI tenham como primeiro marco uma abordagem positivista, assentando-se em autores da Escola de Chicago, sobretudo, a partir de textos publicados nos anos 1930, onde o objetivo era a mensuração estatística do público atendido pelas bibliotecas e do uso de itens do acervo, a partir do fim dos anos 1940 outras perspectivas passam a se desenvolver na área. Conforme Araújo (2013), em 1948, em Londres, através da *Royal Society Scientific Information Conference*, surgem preocupações ligadas à comunicação científica, onde o foco passa a não residir somente na relação dos usuários com uma instituição específica, mas no estudo das ações de cientistas e pesquisadores, fossem essas ações empreendidas junto às bibliotecas, arquivos e centros de documentação, ou por meio da relação com seus pares.

Um passo importante também foi dado durante a Conferência de Copenhague, em 1977, na qual foram apresentados estudos voltados para o usuário propriamente dito (Araújo, 2009; Ingwersen, 1992). Atualmente, notamos a formação de diferentes paradigmas, que, apesar de sua multiplicidade teórica e empírica, podem ser nomeados, de acordo com Araújo (2013), como Abordagem Sociocultural.

As reflexões empreendidas até aqui nos mostram claramente que, enquanto a CI surgia e procurava se consolidar enquanto ciência em meio às ciências puras, baseada na importação de princípios, técnicas e teorias norte-americanos, fortemente positivistas, na Europa insurgia um pensamento cognitivo-social humanista (a exemplo das teorizações de Vygotsky sobre a psicologia sócio-histórica, de Moscovici sobre as Representações Sociais), que já dava ao humano e suas interações com o meio ambiente a importância só percebida pela CI a partir da década de 90, conforme salientado por Capurro (2003), década em que se desdortinam as relações socioculturais para a CI, como ponto convergente das pesquisas da área, culminando no surgimento de um paradigma dito social.

Cronin (2008) destaca o resultado de uma pesquisa realizada por Merton, publicada no início da década de 70, a qual indica que vários sociólogos foram importados pela CI, tendo sido largamente citados na literatura da área, tais como Bourdieu, Castells, Giddens e Latour, dentre outros; indício de que a CI tem sido, realmente, receptiva ao pensamento sociológico, embora não seja possível precisar quando essa aproximação entre as duas áreas ocorreu, já que, ainda conforme Cronin (2008, p. 473, tradução nossa), “não está claro que houve de fato um momento histórico em que o campo se tornou de alguma forma, sociologicamente iluminado, ou que tivesse mudado de marcha paradigmaticamente como resultado de concentrada exposição a ideias de cunho sociológico”.

4. Considerações finais

Podemos afirmar que o aspecto social da CI é tardio, tendo deixado os estudos sobre os sujeitos e suas relações com o mundo em segundo plano, em detrimento de estudos em que se enfatizavam mais os sistemas de informação e suas características, com forte apelo quantitativo e estatístico, do que aqueles que os utilizam.

A escolha por esse caminho percorrido pela CI pode ter sido motivada por opções teóricas e epistemológicas que têm explicação histórica, muito embora não seja nosso intuito discutir se tais escolhas foram dotadas de legitimidade. Outro ponto digno de nota são as influências ideológico-geográficas emanadas pelas grandes potências econômicas e culturais e sofridas por outras nações, muitas vezes com requintes de colonização (científica, territorial, econômica e/ou cultural).

Desse modo, as trilhas percorridas pela CI, que tem sido responsáveis pela determinação de suas agendas de pesquisa e pela constituição de seus paradigmas, são motivadas por razões passíveis de reflexão crítica e questionamento. Para Carvalho Silva e Farias (2013) o paradigma social da CI está ainda em processo de emergência, estabelecendo-se como fundamento teórico-epistemológico da área, mas não estando efetivamente consolidado em termos teóricos e práticos.

Assim, evidencia-se a pertinência de estudos que promovam reflexões e debates que contribuam para o avanço epistemológico da CI, tanto no âmbito nacional quanto internacional, muito embora devam ser reconhecidas as diferentes correntes de pensamento e ideologias presentes nos discursos dos pesquisadores da área e na literatura científica.

5. Referências

1. Almeida Júnior, O. F. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 2, p. 89-103.
2. Almeida, M. A. (2008). Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 1, p. 01-24.
4. Araújo, C. A. A. (2009). Correntes teóricas da ciência da informação. *Ciência da Informação*, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez.
5. Araújo, C. A. A. (2010). O conceito de informação na Ciência da Informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105.
6. Araújo, C. A. A. (2012). Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159.
7. Araújo, C. A. A. (2013). O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Humanas e Sociais. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2013, Santa Catarina. *Anais...* Santa Catarina: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação.
8. Araújo, C. A. A. (2014). O que é Ciência da Informação? *Informação & Informação*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30.
9. Barreto, A. A. (2002). A condição da informação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74.

10. Blair, D. C. (1990). *Language and representation in information retrieval*. Amsterdam: Elsevier.
11. Borko, H. (1968). Information Science: what is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, jan.
12. Bush, V. (1945). As we may think. *The Atlantic Monthly*, v. 176, n. 1, p. 101-108.
13. Capurro, R. (2003). Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação.
14. Carvalho Silva, J. L. & Farias, M. G. G. (2013). Reflexões teóricas sobre a construção paradigmática da Ciência da Informação: considerações acerca do(s) paradigma(s) cognitivo(s) e social, *Biblios*, n. 51, p. 42-56.
15. Cronin, B. (2008). The sociological turn in information science. *Journal of Information Science*, v. 34, 2008. Disponível em: <<http://jis.sagepub.com/content/34/4/465>>. Acesso em: 06 ago. 2014.
16. Delari Jr., A. (2000). *Consciência e linguagem em Vygotsky: aproximações ao debate sobre a subjetividade*. 2000. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Campinas, Campinas.
17. Doise, W. (2002). Da Psicologia Social à Psicologia Societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 18, n. 1, p. 27-35, jan.-abr.
18. Durkheim, E. (2000). *As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes.
19. Escosteguy, A. C. (2010). *Estudos Culturais: uma introdução*. In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais? Autêntica: Belo Horizonte*.
20. Frohmann, B. (2008). O caráter social, material e público da informação. In: Fujita, M. S. L.; Marteleto, R. M.; Lara, M. L. G. *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação...* São Paulo: Cultura Acadêmica; Fundepe, p. 19-34.
21. Gimeno Sacristán, J. & Pérez Gómez, A. I. (1998). *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artes Médicas.
22. González de Gómez, M. N. (2012). As ciências sociais e as questões da informação. *Morpheus*, v. 9, n. 14, p. 18-37.
23. González de Gómez, M. N. (2009). A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, p. 01-24, 2009.
24. Hall, S. (1980). Cultural Studies: two paradigms. *Media, culture and society*, v. 2, n. 1, p. 57-72.
25. Hoggart, R. (1957). *The uses of literacy: aspects of working-class life with special reference to publications and entertainments*. London: Chatto and Windus.
26. Jacob, E. K. & Shaw, D. (1998). Sociocognitive perspectives on representation. *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)*, v. 33, p. 131-185.
27. Johnson, R. (2010). *O que é, afinal, Estudos Culturais? Autêntica: Belo Horizonte*.
28. Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
29. Molon, S. I. (1995). *A questão da subjetividade e da constituição do sujeito nas reflexões de Vygotsky*. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://migre.me/kt8n0>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
30. Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.

31. Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
32. Moscovici, S. (1981). *On social representations*. In: Forgas, J. P. (Org.). *Social cognition: perspective on everyday understanding*. London: Academic Press.
33. Nóbrega, S. M. (2001). Sobre a teoria das representações sociais. In: Moreira, A. S. P. (Org.). *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB. p. 55-87.
34. Oliveira, M. S. B. S. (2012). O conceito de representações coletivas: uma trajetória... *Debates do NER*, ano 13, n. 22, p. 67-94, jul./dez. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/viewFile/30352/23579>>. Acesso em: 25 maio 2014.
35. Oliveira, F. & Werba, G. (2001). Representações sociais. In: Stray, N. et al. *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. Petrópolis: Vozes. p. 104-117.
36. Ortega, C. D. (2007). A documentação como origem e base fértil para a fundamentação da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., Salvador, BA. *Anais...* Salvador: [s.n.].
37. Pinheiro Filho, F. (2004). A noção de representação em Durkheim. *Luanova*, n. 61. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n61/a08n61.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2014.
38. Pinheiro, L. V. R. & Loureiro, J. M. M. (1995). Traçados e limites da Ciência da Informação. *Ciência da Informação, Brasília*, v. 24, n.1, p. 42-53.
39. Savolainen, R. (2007). Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. *Library Quarterly*, v. 77, n. 2, p. 109-132.
40. Shannon, C. & Weaver, W. (1949). *The mathematical theory of communication*. [S.l.]: Urbana.
41. Tabosa, H. R. & Freire, G. H. A. (2013). Contribuições de Wilson e Wersig para a inteligência metodológica na Ciência da Informação. *DataGramaZero: Revista de Informação*, v. 14, n. 5, out. 2013. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out13/Art_03.htm>. Acesso em: 12 jul. 2014.
42. Thompson, E. P. (1963). *The making of the English working class*. London: Penguin Books.
43. Turner, G. (1990). *British Cultural Studies: an introduction*. Boston: Unwin Hyman.
44. Xavier, R. (2002). Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? *Psicologia & Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 18-47, jul./dez.
45. Wersig, G. (1993). Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v. 29, n. 2, p. 229-239.
46. Williams, R. (1958). *Culture and Society, 1780-1950*. New York: Anchor Books.